

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Em janeiro de 2011 o Governo do Estado do Amapá, na condição de maior acionista e interessado em reverter a difícil situação da Companhia, e a Diretoria da empresa propuseram ao Ministério de Minas e Energia a formação de um grupo de trabalho para a realização de estudos para o equacionamento econômico e financeiro da Companhia. Em agosto daquele ano foi oficializada ao Ministério de Minas e Energia a proposta de federalização da empresa, como a medida mais viável para a solução dos problemas enfrentados pela CEA.

No que se refere ao equacionamento da dívida, foi solucionada uma questão que se arrastava por mais de 10 anos: a dívida acumulada pelo não recolhimento do ICMS. O Governo do estado fez remissão de receita do ICMS devido pela CEA ao estado no valor R\$ 235.299.888,00, através do Decreto Governamental nº 1.679, de 10.05.2012.

No decorrer do exercício de 2012, o empenho da equipe técnica da CEA e a mobilização do Executivo estadual e da representação política amapaense foram fundamentais para a definição criteriosa, em conjunto com Ministérios das Minas e Energia, das diretrizes que passaram a orientar as ações visando à federalização da Companhia e que compõem o **Protocolo de Intenções** firmado em novembro 2012, entre o Governo do Estado e a Eletrobras.

O Protocolo, de fato, estabelece as condições e premissas a ser observadas visando à recuperação operacional, econômica e financeira da Companhia; a adoção de um modelo de gestão adequado, que possibilite a manutenção, pela CEA, do padrão de qualidade dos serviços compatível com o requerido pelo Poder Concedente e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; a busca gradativa dos padrões técnicos e financeiros mais adequados, bem como a transferência de *know how* em gestão de empresas do setor elétrico brasileiro; a implementação de melhoria na estrutura de capital da CEA, com vistas ao saneamento de seu endividamento e redução do custo de capital, associado a um forte programa de racionalização dos custos de operação e manutenção e, no fim desse processo de transição, a transferência da gestão e do controle acionário da CEA para a Eletrobras.

Convêm sempre lembrar que essas premissas sintetizam todo um exaustivo trabalho desenvolvido desde o início de nossa gestão e que estabeleceram as bases para o planejamento estratégico da empresa e a produção de documentação complementar que, cotejadas pelo Ministério de Minas e Energia e ELETROBRAS, definiram as condições para a recuperação da empresa, segundo uma ajustada cronologia.

A adequação da gestão da CEA ao modelo de empresa de referência surgiu nesse cenário como uma ação prioritária, quando se constatou que a falta de um modelo de gestão definido, sem identificação dos processos, resultou em uma estrutura organizacional obsoleta com custos que inclusive não são remunerados na tarifa de energia elétrica, porquanto com reflexos negativos significativos nos resultados operacionais da Companhia.

Em 2012, foi aprovada pelo CONSAD-CEA uma nova estrutura organizacional da empresa, resultante dos estudos desenvolvidos, tendo como referencial os modelos de estruturação de empresas congêneres, adequados, entretanto, às condições financeiras, operacionais e estruturais da CEA. Ainda no mesmo exercício foi instituído o grupo de trabalho multissetorial visando à elaboração do *Manual de Atribuições da Companhia*, segundo uma concepção que contemple todos os processos inerentes à atividade de distribuição e, principalmente, ao programa de expansão do sistema elétrico. Neste particular, foi implantada a Diretoria de Planejamento e Expansão cuja missão principal é promover a integração do sistema elétrico estadual ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Os investimentos realizados na manutenção e expansão dos sistemas de geração e nos circuitos de alimentação e distribuição de energia têm demonstrado sensíveis resultados, com reflexos positivos na qualidade dos serviços prestados e desempenho do faturamento e arrecadação. Há de se ressaltar que em 2012, a Companhia obteve a recertificação nos indicadores de *Análise de Continuidade e Tratamento das Reclamações de Consumidores*, atendendo a normatização da Agência Reguladora do Setor Elétrico – ANEEL acerca desses dois processos certificados, de que trata a norma NBR-ABNT-ISO 9001/2008.

Evidentemente que esses avanços só se efetivaram devido ao apoio do Governo do Estado, que disponibilizou os recursos financeiros para atender as ações do plano de investimentos da CEA programadas para o exercício de 2012, constantes no Plano Plurianual de Desenvolvimento do Estado, conforme discutido nas audiências públicas para a definição das ações prioritárias do setor elétrico.

No período, o governo do estado disponibilizou o total de R\$ 18.943.744,42 obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, proporcionando a abertura de 51 frentes de trabalho em áreas extremamente críticas de diversos municípios (Macapá, Tartarugalzinho, Porto Grande, Mazagão, Laranjal do Jari, Oiapoque, Santana e Serra do Navio), com maior concentração de ações e, conseqüentemente, de aporte financeiro destinado a Macapá. Esses recursos foram aplicados basicamente em reforma e ampliação de circuitos de distribuição, para atendimento de considerada demanda reprimida e regularização de consumidores, na melhoria dos circuitos alimentadores e dos

níveis de tensão de fornecimento de energia e na elaboração de projetos básicos de subestação e linha de subtransmissão.

No decorrer do exercício foram cadastrados 6.241 novos consumidores de energia elétrica, concorrendo para o aumento do faturamento da empresa, que passou R\$ 18,6 milhões em janeiro/2012 para R\$ 21,2 milhões em dezembro/2012, uma elevação de 13,9%. No mesmo período a arrecadação total foi R\$ 201 milhões e o faturamento R\$ 230 milhões.

Houve o aumento em quase 30% a geração de energia, através de contratação direta de mais 67,6 MW, para atender ao Sistema Estadual evitando, assim, o racionamento. Foram adquiridos novos geradores para os sistemas isolados dos municípios de Laranjal e Vitória do Jari, Oiapoque e Distrito de Lourenço, e feita a contratação para o atendimento de energia no distrito de Bailique, 24h diariamente.

A Usina de Lourenço foi reformada e reinaugurada com 3 novos e potentes geradores acabando com os constantes desligamentos no Distrito. No Bailique, a Usina na Vila Macedônia foi reformada e recebeu 4 novas máquinas, somando juntas 3,5 MW de potência e trouxeram um tempo novo para moradores de 8 comunidades que passaram a ter energia 24h. No Oiapoque e no Jari a geração de energia foi aumentada em 1,6 MW para cada Usina, também dando solução a um antigo problema de abastecimento.

A Usina Termelétrica Santana 2 foi inaugurada em janeiro/2012 gerando inicialmente 47 MW, com possibilidade de um acréscimo de 13,9 MW de geração adicional contratada pela CEA. No total, foram contratados 60,9 MW de geração de energia para o Sistema Estadual, o que representa um aumento de 28,6% da capacidade de geração, que é de 236 MW.

A Diretoria.